Os múltiplos movimentos e a encruzilhada dos Direitos Humanos

Solon Eduardo Annes Viola
Thiago Vieira Pires

Como citar: VIOLA, S. E. A.; PIRES, T. V. Os múltiplos movimentos e a encruzilhada dos Direitos Humanos. *In*: DIÓGENES, E. M. N.; BRABO, T. S. A. M. (org.). **Educação em Direitos Humanos: paz, democracia e justiça social**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. p. 259-282.
DOI: https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-015-3.p259-282

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Os múltiplos movimentos e a encruzilhada dos Direitos Humanos

Solon Eduardo Annes Viola
Thiago Vieira Pires

"Os que tem memória são capazes de viver no frágil tempo presente.
Os que não há tem não vivem em tempo nenhum."
Patrício Guzmán em *Nostalgia da Luz*[1]

Introdução

A segunda década de século XXI parece anunciar um novo tempo na História. Um tempo de movimentos emancipatórios em busca de liberdade, soberania e independência, mas, também, herdeiro de compo-

[1] de profundidade e nem para rupturas políticas e de concepção de Estado. De qualquer modo, o atual momento histórico pode estar anunciando um período que se notabiliza por movimentações sociais plurais e díspares, capazes de tomar as ruas e ocupar as praças, anunciando desejos, desvelando opressões e reclamando direitos, mas também, reeditando o passado e ressuscitando velhos temores.

https://doi.org/10.36311/2018.978-85-7249-015-3.p259-282

nentes sociais e culturais que remontam as origens da colonização, com sua carga política de dominação e opressão Apesar de uma aparente aceleração do tempo e dos acontecimentos, ainda não há indicadores suficientes que apontem para a consolidação de transformações sociais e econômicas.

Como a própria história se encarrega de demonstrar através de múltiplos exemplos, esses movimentos que apontam para a ampliação das liberdades e para superação das opressões – alavancando mudanças e transformações radicais – não raras vezes são acompanhados de muito perto por movimentos reativos baseados no ódio e na negação que buscam a conservação do que está estabelecido e a interdição das mudanças. Encontramos exemplos recentes deste tipo de processo histórico nos golpes militares da América do Sul e nas experiências nazi-facistas da culturalmente desenvolvida Europa central.

A forma como se deu a passagem para o século XXI já apontava indicadores desse cenário. Por um lado, movimentos sociais e populares do campo, da cidade e da floresta, de diferentes partes do mundo e de diferentes matizes, ideologias e bandeiras se levantavam contra as opressões; por outro, grandes potências econômicas e militares se lançavam em uma guerra autodenominada "contra o terror" e "em nome dos direitos humanos".

Entre Fóruns Sociais Mundiais e Fóruns Econômicos Mundiais, a primeira década do século XXI ficou marcada, sobretudo na América Latina, pela ascensão e consolidação de governos nacional-desenvolvimentistas de verniz progressista, por um lado; e, por outro, pela crise do capitalismo neoliberal europeu e estadunidense, que arrastou a maioria dos países para uma crise econômica mundial – ainda hoje – de dimensões e consequências não totalmente conhecidas ou compreendidas.

Nesse contexto, entre o final da primeira e o início da segunda década deste século emergiram uma nova onda de expoentes e expedientes reivindicatórios, que aproximou e colocou em relação de convergência "indignados e indignadas" de todo o mundo, fazendo surgir "primaveras" em territórios aonde só se conheciam o inverno das ditaduras.

Essa nova onda de movimentos questionava não só os limites, incompletudes e promessas não cumpridas do capitalismo e do "estado

de bem-estar social" – que ruíam com a crise econômica –, mas também ditaduras e governos progressistas que não conseguiam romper com os fisiologismos, com os privilégios das elites nacionais e com os pactos de classe que garantiam governabilidade. Práticas políticas que indicam os limites da ação do Estado para concretizar direitos fundamentais até então inacessíveis para a maioria da população, de modo que pudessem ser assegurados sem alterar ou romper as regras do jogo que mantêm inalteradas as desigualdades estruturais inerentes a lógica de acumulação de capital.

Essa nova onda de movimentos reivindicatórios que emerge com força na segunda década do século XXI ao contrário do que se imagina o processo histórico não é linear e predeterminado. Ao contrário por ser resultado das forças sociais em conflito apresenta ora avanços, ora retrocessos. A conjuntura sócio-política mundial tem demonstrado a força do ascenso conservador que além de pautas regressivas empurra para o refluxo as lutas sociais progressistas e emancipatórias. Apesar do contexto desfavorável, é necessário o esforço de compreensão dos movimentos da História, de seus fluxos e contra fluxos, continuidades e descontinuidades, em síntese, é necessário ter em conta o conceito – extremamente atual – de classes sociais, bem como, os conflitos, especialmente aqueles vinculados aos direitos humanos. Estes que se expressam também como interesses relacionados especificamente a setores, grupos e classes sociais distintos, ou mesmo, entre manifestações culturais distintas.

Nesse sentido, a experiência brasileira dos últimos anos se caracteriza como um exemplo importante e globalmente inovador desse cenário. O acesso por parte considerável da população a direitos básicos historicamente negados, defronte a manutenção de privilégios – também históricos das elites, conformaram uma difícil e matizada equação que resultou na impossibilidade de conciliação entre igualdade e privilégios e na inevitável exacerbação dos conflitos entre classes, setores e grupos sociais.

Se partirmos do pressuposto que as disputas entre as classes são o motor da História, e que esta não é linear, mas composta por singularidades decorrentes das contradições de cada período, podemos romper com o padrão continuísta e retilíneo que de tempos em tempos é utilizado para

explicar como movimentos contestatórios são apontados como causa dos refluxos da reação conservadora.

A experiência brasileira, o ano de 2013 demonstrou que os novos tipos de movimentos reivindicativos que trouxeram à tona, novas e antigas demandas que estiveram historicamente reprimidas haviam adquirido vigor suficiente para fazer parte do universo político nacional. Seria um equívoco vincular as pautas populares que deram corpo aos protestos de 2013 com a reação conservadora de evidente caráter elitista que ganhou projeção por meio da casta midiático-empresarial, resultando no golpe jurídico-parlamentar que retirou do poder uma Presidente eleita dentro das normas constitucionais vigentes e colocou em suspenso a frágil democracia do país. É fundamental analisar a atual conjuntura tomando em conta os fatores que compõem o cenário de disputa entre classes decorrente das "jornadas de junho" de 2013, que ganha outros contornos na medida em que o aparelho coercitivo do Estado se lança sobre esses movimentos objetivando o seu esvaziamento e silenciamento.

A atuação conjunta entre aparato repressivo e os oligopólios midiáticos resultaram na alteração progressiva do sentido ideológico e identitário dos movimentos contestatórios e das formas de protesto que tomaram as ruas a partir de 2013. As pautas que se abrigavam sob o guarda-chuva da redução das tarifas do transporte público e do direito à cidade se fragmentavam em um caleidoscópio de reivindicações, que iam desde a ampliação de direitos básicos apontados pela carta Constitucional, passando por anseios de democracia direta, até a denúncia do sistema político como um todo e de sua corrupção estrutural e generalizada. As pautas que levaram milhões de pessoas às ruas em 2013 apresentavam pressupostos políticos completamente distintos das que foram construídas através da manipulação midiática e que impuseram outro caráter para as manifestações de rua ocorridas a partir de 2015.

O que era uma denúncia estrutural do sistema político e da corrupção inerente às práticas elitistas e patrimonialistas do Estado brasileiro que exclui a cidadania de milhões de seres humanos se tornou denúncia de corrupção de apenas um partido e de alguns políticos vinculados a ele.

A reivindicação pela ampliação de direitos básicos se tornou denúncia dos "privilégios" dos beneficiários de programas assistenciais.

O questionamento do uso de vastos recursos públicos para atender as demandas da FIFA para a realização da Copa do Mundo de futebol e a denúncia das violações constitucionais e de soberania que requeria essa Corporação deram lugar aos gritos uníssonos de ódio que pediam por mais repressão, mais militarização, e menos Paulo Freire. Gritos que se originavam de uma imensa massa amorfa que vestia verde amarelo e, não raras vezes, estava adornada com distintivos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e com cartazes contra a corrupção, uma contradição conciliável apenas naquele contexto de bestialização coletiva.

Apesar da mudança de direção nas pautas de reivindicações e da seletividade das denúncias de corrupção, a multidão em verde amarelo, em sua maioria, não conseguiu esconder os seus traços elitistas, coloniais, racistas e intolerantes. Algumas pesquisas realizadas durante as manifestações de 2015 e 2016 demonstram estatisticamente o perfil dos manifestantes em diferentes partes do Brasil. Destacamos, em nível de exemplo, alguns resultados da pesquisa realizada na manifestação de 12 de abril de 2015 pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GPOPAI-USP), coordenada pela professora e pesquisadora Esther Solano e pelo professor e pesquisador Pablo Ortellado, que apontam um perfil majoritariamente branco (77%), detentor de escolaridade de nível superior completo (68%), com renda familiar bem acima da média nacional (49% com renda acima de R$7.000,00).[2]

Em pesquisa realizada pelo Instituto Data Folha na manifestação de 13 de março de 2016, pouco menos de um ano depois da pesquisa citada acima, é possível perceber que o perfil, em geral, pouco se altera. Afirmavam possuir escolaridade de nível superior 77% dos entrevistados, ao passo que 63% apontam renda superior a 5 salários mínimos.[3]

[2] Para mais detalhes sobre os métodos, dados coletados e análise dos resultados da pesquisa, ver: <https://gpopai.usp.br/pesquisa/120415/>. Acesso em: 06 mar. 2017.

[3] Para mais detalhes, ver: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>. Acesso em: 06 mar. 2017.

A negação da diversidade e da alteridade ficou estampada nos cartazes e faixas que permitiam transparecer a qual ideologia estavam vinculadas. Mesmo envoltos por essa pecha, os grandes conglomerados midiáticos enalteciam a "passividade" e "civilidade" desses movimentos, contrapondo-o à "violência sem justificativa" que se fizeram presentes na revolta dos protestos de 2013.

Assim como aconteceu com o sentido geral das manifestações, a noção de violência foi apropriada e re-significada pelos setores conservadores da sociedade com o apoio da grande mídia e de políticos afeitos ao espírito de intolerância seletiva que se apossou das ruas. A agressão a vidraças e lixeiras se tornou vandalismo e os linchamentos morais e físicos atos de patriotismo.

De certo modo, o ano de 2013 trouxe ventos que, hora sopravam do sul do mundo – trazendo esperanças e aspirações de novos tempos –, e hora sopravam do Norte – anunciando medo e retrocessos. Se os primeiros anunciavam jovens em movimentos por vida digna, imaginando cidades mais acolhedoras, os últimos projetavam discriminações e preconceitos que permitiam antever os desatinos que esse tempo histórico tem nos reservado viver.

Esse texto se propõe a transitar por essas ruas e avenidas, ora eivadas de esperança, ora tomadas pelos disparates reacionários que, amedrontados pelos gritos de liberdade e igualdade, se colocam em marcha para retardar os anseios de dignidade presentes nos pleitos de antigas e novas gerações.

As ruas tristes das cidades

No dia 15 de março de 2015 as ruas das cidades brasileiras anunciavam dores infinitas. Em Porto Alegre no extremo-sul do mundo existe uma rua chamada Rua da Liberdade. Situada no elegante Bairro Moinhos de Vento suas esquisitas esquinas estavam repletas de sentimentos desorientados e assustadiços. Bairro nobre com prédios gigantescos com apartamentos imensos as "esquisitas esquinas" refletem privilégios como os de

um parque enfeitado por envelhecidas árvores de intenso verde e flores amareladas. Um parque criado nas décadas de 1960/1970 quando andávamos amedrontados, ausentes de liberdade, nas ruas da América Latina.

Nas transversais do tempo que marcam a vida do Parque Moinhos de Vento na manhã do dia 15 de março era possível reencontrar o passado. Ressurgia o ódio, manifesto em estranhas palavras repletas de ameaças: "morte para..." "fora tal partido", "Ame-o ou deixe-o", "fulanos devem ir para...". A estética da morte que assombrou as ruas da Alemanha e da Itália da década de 1920 até a década de 1940, ressurge ameaçando a ainda insegura democracia que ensaiamos tímidos, incapazes, ainda, de substituir a cultura de privilégios de tão poucos pelo direito de todos.

Estranho Parque o dos Moinhos de Vento. Os meios de comunicação informam que lá o governo do município, em meados de abril deste ano da graça de 2015 instalou mais de 150 pontos de iluminação. Os mesmos meios de comunicação anunciam, pela milésima vez, que se deve cercar outro parque da cidade, o Parque Farroupilha (Parque da Redenção), onde ocorrem feiras de agricultura familiar e agroecológica artesanato e antiguidades. Um parque sempre muito mal iluminado e frequentado por moradores de toda a cidade, de diferentes territórios, classes e etnias. Com frequência é neste Parque, ou nas proximidades dele, que se concentram os participantes da Parada gay, das passeatas do movimento estudantil e de outros movimentos. Um Parque por onde transitam sociabilidades plurais.

Nele também ocorrem diferentes manifestações culturais que vão de apresentações de artistas locais reconhecidos pela cidade, ou de destacados músicos brasileiros e latino-americanos. Local que acolhe as diversidades e respira ares e vivencias de igualdades. Devido ao descaso das políticas e a hostilidade do planejamento urbano focado nos piores exemplos de metrópoles onde carros são mais importantes que pessoas, o Parque Farroupilha anda às escuras e, seguidamente, vê-se ameaçado por projetos do poder público – alimentados e impulsionados diuturnamente pela grande mídia – de ser acariciado com cercas e portões cadeados. Projetos kafkianos, propondo mais segurança em troca de menos liberdade. Por certo, essa não é uma realidade exclusiva da capital gaúcha e possivelmente deve se repetir, em quase todas as cidades, argumentos deste tipo.

Os versos de Quintana voltam a soar extremamente atuais, ele que sentia "uma dor infinita das ruas de Porto Alegre", das ruas nas quais jamais passaria. É preciso revisar o tempo e não se esquivar dos anúncios que percorrem as ruas do Brasil nos desfiles – anunciadores do medo – que conclamam "intervenções constitucionais" e golpes.

Anúncios verde oliva e amarelo ouro que pretendem o retorno ao passado e saúdam – como quem louva improváveis heróis hollywoodianos – a quem cometeu atrocidades bárbaras e que em situações similares – em tantos outros países – foram condenados por crimes de lesa humanidade. Faixas assustadoras que insistem no retorno ao privilégio do mesmo modo como fizeram as "passeatas com Deus, pela Família e pela Propriedade contra o comunismo ateu" nos idos de março de 1964. Tanto antes como agora, ambas estão dispostas a preservar um sistema político cuja arquitetura implica na proteção dos proprietários – dos diversos segmentos do capital – em detrimento da maior parte da população.

As cidades e suas praças – desde a ágora grega – são lugares de vida cotidiana. Nelas e delas as pessoas e os grupos extraem diferentes formas de sobreviver, múltiplos modos de pensar, sentir e agir. Cada um é um e um só, mas cada um se faz nas relações com os outros. Faz-se, ao mesmo tempo igual, e diferente (ELIAS, 1994). As cidades e suas praças são plurais em suas formas e pensamentos; as cidades produzem efervescências cotidianas que possibilitam a vida urbana "se tornar o lugar catalítico de onde novas concepções e configurações [...] podem ser pensadas e da qual novas e menos danosas concepções de direitos possam ser construídas" (HARVEY, 2013, p. 34).

O que essas passeatas querem encobrir, tanto em 1964 como em 2015, é um modelo de cidades que se desenvolve com ruas repletas de cercas eletrificadas e muros altos, que guardam escondidos diferentes tipos de privilégios encobrindo preconceitos de múltiplos significados. Pretendem silenciar a parte das cidades feitas de ruas planas, muitas vezes carentes de saneamento básico; casas simples que podem ser alagadas sempre que as chuvas fazem transbordar rios e arroios.

Bairros de casas simples, sem cadeiras nas calçadas e repletas de promessas, quase sempre esquecidas, feitas de tempo em tempo, por milagreiros de tipos diversos. Alguns deles – membros do Parlamento – pregam continuamente o retrocesso de pequenos direitos conquistados através das pressões feitas pelo movimento social, em busca de políticas públicas que possam diminuir o fosso que separa abastados e carentes. Os mais recentes representantes parlamentares que através da fé de pessoas humildes se vinculam ao combate contínuo e, no limite, ilegal, contra o Estatuto da Criança e do Adolescente e a aprovação dos direitos já conquistados do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Ao mesmo tempo se posicionam a favor da redução da maioridade penal e contra o direito de as mulheres decidirem sobre suas vidas e corpos.

Alguns daqueles que prometem o céu na terra tem coragem tamanha que lhes permite anunciar tempos difíceis e deuses vingadores. Deuses sempre dispostos a castigar aqueles que não seguem as normas anunciadas como únicas e infalíveis, num estranho reviver de conceitos formados em uma sociedade medieval. Um tempo de maniqueísmos fundamentalistas dispostos a dividir coisas e pessoas a partir do pensamento único fundado na crença de um "absoluto" ou na ilusão ensandecida do poder supremo do mercado.

Mesmo em meio a uma infinidade de disparates, emerge com força uma cidade capaz de romper as desigualdades brutais do período colonial, que transformava brancos em senhores e negros em escravos esquecidos, tendo a sua condição humana negada. Uma cidade que continua a vivenciar uma pedagogia do esquecimento e que deixa legado às trevas os navios dantescos do poema de Castro Alves, enquanto relega a quase nada, a saga corajosa de Palmares. Cidades que esquecem o extermínio social provocado por um modo de produção de riquezas que transformava seres humanos em "animais que falam"[4] negando-lhes alma, liberdades, sentimentos e alegrias, enquanto sedimentavam um futuro submetido a diferentes tipos de preconceito e descaso social. Uma cidade que ainda permite o extermínio e o encarceramento massivo dos jovens negros e periféricos.

[4] Tradução latina de uma caracterização feita aos seres humanos reduzidos à escravidão originada do Império romano que tratava os escravos como instrumentos recusando aos mesmos a condição de ser humano. No Brasil

Uma cidade tão desigual que torna quase impeditivo a consolidação do ideário iluminista da igualdade, mesmo que não seja a igualdade perfeita que só o sol concebe ao distribuir seus raios entre as laranjas e os laranjais (NERUDA, 2004). Uma cidade que, quando conseguir compreender a importância da igualdade, perceberá que sem ela o respeito às diferenças é quase uma ilusão.

As cidades se confundem no mundo. Não só os aeroportos (CALVINO, 2006) são iguais em todos os lugares. Da feérica Tóquio à gauchesca Alegrete, da glamorosa Paris à tropical Mossoró, da Nova York de tantas torres à milagrosa cidade do Crato, encontram-se sinais comuns, lugares dispostos a oferecer os mesmos refrigerantes, os mesmos sanduíches, as mesmas inovações de tecnologias.

Em todas as cidades há pequenos grupos repletos de benefícios, muitas vezes abrigados entre muros quase medievais, enquanto uma imensa maioria vive relegada a confinamentos e carências e, quase cotidianamente, cercados por organismos de coerção social que aprofundam as políticas de negações de direitos. A cidade abriga a todos ou a quase todos. Insensível e, algumas vezes feroz, acalenta e descrimina, acolhe e recusa. Permite privilégios e não recusa preconceitos.

Com quem pensas estar falando?!

As nossas cidades, tanto as mais antigas como Salvador, São Paulo, São Vicente e São Sebastião do Rio de Janeiro, quanto as mais jovens, como Goiânia, Belo Horizonte, Brasília e Palmas do Tocantins, carregam consigo multiplicidades de alternativas, de cores e de gentes que as faz um universo imenso de possibilidades. Mas carregam, também, um universo quase insuperável de controles, de coerções e de tristezas. Tristezas, dizem,

do período colonial os povos originários da América eram considerados – através de uma Bula papal – *Sublimis Deus* assinada pelo Papa Paulo III em 1537, que é considerada por muitos como o primeiro documento a tratar do direito internacional dos povos – seres providos de alma. Aos povos trazidos da África por comerciantes europeus não foi dada esta dádiva.

tão próprias dos trópicos. Cidades que descriminam e preconceituam em todos os hemisférios do planeta (LEVI-STRAUSS, 1996).

Essas cidades vindas, as mais antigas, do mundo colonial e, as mais recentes, da modernidade urbana industrial, carregam uma cultura de privilégio. Não raro e em inúmeras circunstâncias pode-se ouvir o inevitável e ameaçador dito do senhor do engenho: "você sabe com quem está falando?!".[5] Do fiscal de trânsito ao delegado mais próximo, do pastor que expulsa o demônio ao professor universitário desavisado, do prefeito mais obscuro ao genitor(a) mais descuidado, de um intolerante general dos anos de chumbo à algum aventureiro parlamentar contemporâneo. O pensamento presente nessa frase recompõe e atualiza o autoritarismo e a dominação que percorre gerações. Ainda hoje continua manifesta na postura de alguns patrões sobre os trabalhadores mal pagos, pelos latifundiários sempre dispostos a ameaçar os que lutam pela terra e, também, por uma nova casta de políticos que sonham em transformar o público em privado.

Curiosas às manifestações que percorreram "Moinhos de Ventos", "Paulistas" e "Copacabanas" ansiosas e prepotentes em sua pretensão de ver o "novo" um "novo tempo" que reproduz antigas fórmulas e preceitos de silenciamentos, de negações, de retiradas de direitos e de privilégios de minorias. Ao decretarem descontroladas o fim da pedagogia do diálogo, a procrastinar a didática da dúvida, a anunciar o veto de conteúdos clássicos da humanidade, ao colocar em suspensão políticas sociais compensatórias, ao jogar com o direito sagrado da aposentadoria e, sobretudo, negarem o direito de vida digna das gerações futuras, pensam que podem para o tempo das mudanças indispensáveis para a consolidação da democracia e da justiça social. Surpreendentes manifestações aquelas amparadas por setores do Estado sempre prontos para reprimir as vozes divergentes e que ainda ousam manifestar desejos e sonhos de igualdade e equidade para todos,

[5] Quem ainda não ouviu esta frase? É um dito popular cotidiano que percorre o Brasil de norte a sul, de leste a oeste. Ficou tragicamente reconhecido em um recente episódio do trânsito do Rio de Janeiro quando uma funcionária do sistema de trânsito parou e multou uma autoridade do poder judiciário. Ameaçada pela famosa frase deu ordem de prisão ao infrator e logo foi por ele presa. Nos tribunais regionais já foi condenada e deve pagar indenização por dano moral. Contam desde sempre que sua origem se perde nas noites do tempo. Por certo se tornou senso comum nos grandes latifúndios sendo pela primeira vez usada quando os navegantes portugueses desembarcaram em Porto Seguro.

direitos sem descriminações e, especialmente, que questionam a lógica de mercantilização da vida.

Curioso mundo o dos benefícios que desde a "Casa Grande" do período colonial recusa aos outros a condição de bem viver e o direito inalienável de manifestar o seu pensar. Estranha à cultura na qual aqueles que determinam as normas, as leis e os processos, não conseguem suportar os resultados que, de tempos em tempos, nascem destas próprias normas leis e processos. Cultura de estranha seletividade, que elege alvos específicos para manifestar seu ódio e sua justiça cega e surda aos anseios populares. Justiça que faz uso de uma espada que corta sempre para o mesmo lado, poupando os de cima e supliciando os de baixo. Surpreendente a cultura que mesmo num tempo urbano, por si mesmo plural e múltiplo, pretenda permanecer monocórdica num pensamento único, de si mesmo vazio, e pleno de descriminação.

Discriminações que, vindas de um passado não tão distante, teimam em permanecer vivas insistindo em assumir formas contemporâneas no afã de preservar os benefícios do passado sem abandonar as "benesses" do presente. O que talvez não possam suportar são as mudanças cada vez mais rápidas de um tempo histórico que se anuncia cada vez mais veloz – velocidade que cruza o planeta em segundos, nas infovias digitais dos novos sistemas de informação – e que rompe a barreira do som, rompendo, também, a camada de ozônio e carregando a morte em agilidade estonteante.

Discriminações que, alheias às mudanças do presente, insistem em permanecer no tempo em busca de manter e ampliar privilégios e revigorar conceitos formados desde o período colonial e que permanecem como ideias preconcebidas impedindo a formação de novos conceitos (CHAUÍ, 1996). Isso faz com que a Casa Grande se preserve no mundo urbano. Os meios de comunicação servem como instrumentos de divulgação permanente das leituras de mundo incompatíveis com a democracia.

Através das imagens coloridas das grandes redes universais de comunicação, impõem projetos que oscilam entre a preservação do passado e um futuro indefinido. Nelas se retratam os lugares de cada um: benefícios para poucos elegantes e sofisticados, carências e dores para não brancos ou

brancos esquecidos. É comum e cotidiano em programas sensacionalistas de TVs e rádios o uso de uma pedagogia do medo. "[...] um cala boca onde os inocentes são colocados nos bancos dos réus como se já fossem indiciados. Em certos momentos este preconceito avulta, e por mimetismo, estende-se a toda a mídia de que resultam situações de autêntico linchamento" (DINES, 1996, p. 61).

Ali se definem previamente a condição de culpados e inocentes e quem tem, ou não, acesso à justiça, bem como quem são os criminosos e quais as suas penas. As telas coloridas atribuem previamente à gravidade dos crimes – na sua maioria crimes contra a propriedade. São nelas, também, que se definem as estéticas do belo e os comportamentos que podem ser eticamente aceitáveis ou hediondamente recusados. Estranhos tempos que permitem inclusive a segregação pública que pré-julga crianças e adolescentes estigmatizando-os como seres do mal e condenando-os, desde muito jovens, ao cárcere ou a ocupações – de curta duração e curta vida – na economia do crime.

Os preconceitos tornam-se obstáculos que buscam impedir as transformações que a sociedade exige. Transformam-se em formas de pensar que servem como elementos conservadores (CHAUÍ, 1996) capazes de submeter os dominados a cultura dominante entendendo que nelas se encontram seguros e protegidos.

Assim pensa poder definir as vontades amorosas, as escolhas religiosas, as filiações as mais distintas formas de pensamento. Recusa, revivendo as formas políticas vindas do século XIV, os direitos sociais e políticos que o século XVIII já definira como de todos e de cada um. Ainda agora, continuam incapazes de compreender que a forma de viver da sociedade contemporânea é produzida cotidianamente por um duplo movimento, ao mesmo tempo individual e coletivo, que revela a cada instante um novo interesse, um inesperado desejo.

Entre os muitos preconceitos que os movimentos em verde e amarelo que se ocuparam das ruas e das grandes avenidas a partir de 2015 têm origem em uma das vertentes do pensamento europeu que se formou ao longo dos séculos XVI a XVIII e que ressurgiu com cores novas no

século XX. Uma ideologia que vincula a cidadania com o mercado livre e não com direitos sociais e políticos. Uma ideologia que busca mercantilizar todos os aspectos da vida humana, de corpos à sentimentos, fazendo de cada um, não mais um ser humano, mas sim um empreendedor de si mesmo, elevando "o conceito de contribuinte acima do conceito de cidadão" (BUCCI, 1996, p. 46).

Segundo esta forma de pensar, a cidadania passa a ser uma mercadoria que se pode comprar fazendo com que aqueles que não tem recursos voltem a ser considerados párias e, no limite, são tratados como as "novas classes perigosas" que habitam áreas conflagradas das cidades. Com este senso comum as ruas e avenidas que foram tomadas pelos estandartes do conservadorismo recuperavam o antigo discurso de que o mercado é sério e produtivo, e o social, perdulário e esbanjador (RIBEIRO, 2000).

Tais razões reavivam as críticas feitas aos direitos humanos. Segundo Dallari (1996), o preconceito contra aqueles que assumem a defesa dos direitos humanos decorre das críticas que fazem a existência de privilégios sociais e políticos.

> [...] ninguém confessa que esse é o verdadeiro motivo e, provavelmente, muitos anestesiam sua consciência tomando como ponto de partida que os defensores dos direitos humanos são realmente pessoas perigosas e nocivas, que não respeitam os direitos dos outros e põem em risco a estabilidade social. Embora não haja qualquer elemento concreto e racional, ela é estabelecida como ponto de partida, antes de qualquer informação ou análise. É o preconceito funcionando, fingindo que se trata de um pensamento neutro e invocando uma preocupação respeitável – a defesa da sociedade – para justificar uma atitude essencialmente injusta. (DALLARI, 1996, p. 90).

O direito à vida e, por conseguinte, o direito às condições para que haja vida, é o direito humano mais elementar. A negação desse direito deveria ser motivo de grande preocupação, pois em todos os momentos da história da humanidade em que o direito à vida foi subjugado a outros interesses – geralmente econômicos – o que veio como consequência foi à barbárie e o genocídio.

É inequívoco que o discurso negador dos direitos humanos está atrelado a formas de pensamento e ação que remetem ao arbítrio e a opressão. É importante perceber que quanto maior essa negativa, maior é a animosidade e o ódio. Basta tomar como exemplo os contextos em que os direitos humanos são atacados, quando acusados de "defensores de bandidos" são acompanhados de defesa da pena de morte; quando associados à políticas assistenciais são acompanhados de racismo e xenofobia; quando vinculados à diversidade são acompanhados de homofobia e discriminação.

As críticas constantes parecem ter ganhado nova projeção desde que alguns setores sociais passaram a denunciar os crimes da ditadura militar e essa denúncia passou a ter aceitação entre o conjunto da sociedade. É importante destacar esse elemento, pois a pedagogia do medo dos governos militares abriu um flanco que deslocava os direitos humanos de lugar, de tal maneira que deixavam de ser a justificativa plausível para a quebra do regime democrático, passando a ser sinônimo de lutas pela democracia, de movimentos pela igualdade e pelo respeito às diferenças.

Em busca dos direitos

O Brasil começou a discutir os princípios dos direitos humanos enquanto um campo de conflito tardio. Não que a sociedade brasileira não houvesse vivenciado ao longo de sua história as disputas entre privilégios e direitos, mas porque a hegemonia dos privilegiados sempre procurou impedir que a sociedade assumisse que a condição humana depende para sua efetivação que cada um, cada grupo e cada classe, sejam reconhecidos como seres de direitos.

Mesmo após a proclamação da República – sistema que atribui à soberania a todos os cidadãos – os princípios dos direitos humanos não passaram a fazer parte da cultura nacional.

As Repúblicas contemporâneas se consolidaram no chamado período das revoluções burguesas. Seu pressuposto fundamental é que a soberania pertence ao povo e deve ser exercida em seu nome e para ele. No

Brasil a Primeira República negava-se a si mesma na medida em que mantinha as restrições de participação a aproximadamente 95% da população. Tomando-se como parâmetro o direito do voto (como forma de escolha dos governantes) restrito a homens alfabetizados e com uma renda anual medida por alto valor de compra.

Nos movimentos sociais, por exemplo, as greves operárias apresentavam reivindicações socioeconômicas como melhores salários, redução da jornada de trabalho, férias e descanso semanal; ao mesmo tempo, traziam reivindicações políticas: como liberdade de pensamento, direito à organização sindical e partidária. As respostas do Estado mantinham-se em dimensões coercitivas de repressão as greves, prisão e extradição das lideranças operárias, considerando as questões sociais como questões de polícia. Práticas que são seguidamente repetidas na atualidade por diferentes governos, independente das siglas dos partidos às quais se vinculam.

Mesmo quando o governo brasileiro assinou em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a sociedade brasileira continuou a desconhecer os princípios desses direitos e dessa Declaração. Somente na segunda metade do século passado o tema passou a ser projetado como alternativa de modelo social e político e, curiosamente, colocado a serviço das ações que tinham como objetivo romper a estabilidade democrática.

Os discursos dos direitos humanos foram incorporados ao projeto político-militar que resultou no golpe de estado e consequente deposição do governo constitucionalmente eleito de João Goulart a partir de uma justificativa baseada nos pressupostos da Guerra Fria, isto é nos embates ideológicos entre as duas potências antagônicas daquele período histórico. Para Chomsky (2003) os discursos anticomunistas são uma questão técnica e não política. Compõem a conjuntura da guerra-fria e servem como fundamentos ideológicos para definir quem é amigo, quem é aliado e quem é inimigo. Os últimos precisam ser enquadrados em categorias geradoras de medo. Sua perseguição, prisão ou eliminação física são o preço a pagar para a sobrevivência e o progresso do dito mundo livre.

Estranha forma de emergir nos embates de uma nação cuja história está mais voltada ao privilégio e a negação da cidadania. Incoerente, se seguirmos os pressupostos de Bobbio (1992) que considera a democracia essencial para a vigência dos direitos humanos e estes como sinônimo de democracia.

Talvez por ironia ou uma incompreensão histórica, os fundamentos dos direitos humanos chegaram ao Brasil como uma promessa que não poderia ser efetivada. Desembarcaram na embaixada estadunidense acompanhadas de outra promessa, a presença da 7ª Frota,[6] pronta para intervir se o avanço militar saído de Minas Gerais não obtivesse êxito.

Chegaram acompanhados, também, por fartos financiamentos do capital internacional sempre que fossem utilizados para a instalação de empresas vindas do norte da América, da Europa ou do Japão. O compromisso dos golpistas – interventores para os manifestantes em verde e amarelo das ruas e avenidas de 2015 e 2016 – seria de suprimir, a qualquer custo, os movimentos sociais que começavam a assumir protagonismo histórico antes do 1º de abril de 1964.

Foi exatamente porque a sociedade brasileira pagou um custo insuportável pela perda de liberdade, que as sementes lançadas por mãos dispostas a encobrir a verdade fizeram com que os princípios dos direitos humanos mudassem de rota. Os novos rumos dos direitos humanos tentaram criar raízes mais profundas em defesa da vida e da liberdade, como fundamento essencial sem a qual a humanidade não tem razão de existir e, também, através do sonho inextinguível da igualdade, sem a qual nenhuma alternativa de justiça social pode ser transformada em política pública.

Retomando o argumento inicial, ao acompanhar as manifestações do bairro Moinhos de Vento, da Avenida Paulista ou de Copacabana é possível compreender melhor as relações de similaridade que estão presentes entre a guinada imposta sobre as pautas dos movimentos populares de 2013 e os direitos humanos. As lutas por ampliação de direitos – irmã

[6] Sobre a participação estadunidense no Golpe de Estado leia-se, entre outros, o livro: *1964 – O Golpe*, de Flávio Tavares. Veja-se, também, o documentário *O dia que durou 21 anos* dirigido por Camilo Tavares que está disponível na Internet. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UqgpnC42Caw>. Acesso em: 10 jul. 2015.

siamesa das lutas por direitos humanos – são insuportáveis para as elites de ontem e de hoje, assim como para seus asseclas e porta-vozes midiáticos.

As manifestações só podem ser toleradas se estiverem de acordo com o *establishment*, com os desígnios do "deus mercado"; direitos humanos só podem ser invocados se servirem como justificativa para a guerra contra o "terror" e para ampliação de fronteiras geopolíticas de potências econômicas e bélicas (tal como a invasão do Iraque em 2003, "em nome dos direitos humanos do povo iraquiano" e em nome do petróleo que lá é produzido). A reação dos setores conservadores – materializada nas contra-campanhas midiáticas – tanto em relação aos direitos humanos, como em relação às manifestações de 2013, possuem semelhanças bem delineadas. Ambas são criticadas e deslegitimadas, pois carregam em si o potencial de transformação social.

É principalmente por meio do aparelho midiático – talvez por orientações das editorias dos grandes veículos de mídia, talvez por convicções dos próprios jornalistas – que se tornou lugar comum as pregações, ora moderadas ora raivosas, contra os defensores dos direitos humanos e contra os protestos populares. Esses discursos que durante a ditadura rotulavam uns e outros como "protetores de subversivos e terroristas" passaram a ser reconhecidos como "defensores" daqueles que infringem as leis e, recentemente, todos que ousam se levantar e protestar recebem a alcunha de "baderneiros", versão reeditada do "subversivo".

Campo de disputa, os princípios dos direitos humanos – e as ações daqueles que os defendem – são compreendidos de forma ambígua pela população. Muitas vezes são tratados com preconceito. No Brasil há pessoas que "[...] detestam os que trabalham pelos direitos humanos e falam em justiça social. Isso porque pensam que essa pregação põe em risco o patrimônio dos que desfrutam de melhor condição econômica. Mas ninguém confessa que este é o verdadeiro motivo [...]" (DALLARI, 1996, p. 90).

Nos primeiros anos deste inquieto século XXI podemos acompanhar uma tentativa vinda do Rio de Janeiro que anunciava um contra senso, talvez uma ante-sala do que anunciariam as ruas em verde-amarelo. Cansados de combater as novas leituras e as novas práticas dos direitos hu-

manos, esta iniciativa pretendia uma nova definição: os direitos humanos deveriam ser para os "humanos direitos".

Quando os direitos humanos servem unicamente aos "humanos direitos" o que é negado aos demais não são somente seus direitos culturais. Essencialmente, são negados os direitos sociais e políticos. Os direitos culturais já são negados cotidianamente nos editoriais das grandes redes de comunicação. Quando uma sociedade é submetida à intervenção militar – e a história demonstra a frequência com que isto ocorre –, tanto indivíduos como grupos e classes tem suas identidades negadas a partir da destruição da integridade psíquica, física e cidadã.

Sob um governo ditatorial, a vontade do Estado se impõe para preservar privilégios e para que se compreenda que golpes (mesmo os que não são seguidos de ditadura escancarada) na democracia (mesmo as frágeis) são dados com o intuito básico de frear avanços sociais, humanitários e civilizatórios (mesmo aqueles mais básicos). A cada retrocesso e a cada retirada de direitos protagonizada por um governo oriundo de golpe na democracia fica mais evidente que ações desse tipo só poderiam ser executadas sobre um regime de exceção ou suspeição da normalidade democrática.

Nesse sentido, se tornam inquietantes as manifestações de 2015 e 2016 que pediam a deposição de um governo eleito pelo voto ao passo que sustentavam como alternativa a esse uma "intervenção militar" constitucional apenas no devaneio de uma elite privilegiada e insensível ao bem comum. Essas manifestações conseguiram demonstrar com maestria o resultado da soma de herança de privilégios com preconceitos. Assim obteve-se o justo desejo de combater a corrupção como fermento ideológico de um golpe e a vontade de "arrumar o país" através do autoritarismo sem disfarces e da negação da cidadania.

O retrato dessa fórmula perversa foi transmitido ao vivo em rede nacional. Durante uma das manifestações do mês de abril de 2015 quando uma grande rede de televisão (muito afeita a golpes e governos de exceção) localizou um reconhecido torturador que estava presente na Avenida Paulista. Personagem das mais terríveis páginas da história nacional, saudado por manifestantes como um provável salvador da pátria, ao ter a sua

disposição um microfone e uma câmera de TV, anunciou sob aplausos o único erro que teria cometido durante os anos em que foi algoz da repressão ditatorial: ter deixado de matar, quando podia, *Fulano* e *Beltrana*.

Saudada publicamente, a face da morte sorriu zombeteira libertando o espectro das torturas até então pudicamente recolhido aos porões da Rua Tutóia. Aliás, é sempre bom lembrar, que a tortura é considerada pela Constituição Nacional – e condenada pelas Nações Unidas – como crime hediondo. Sua prática não só objetiva destruir o corpo e a psique do torturado, mas, acima disto, eliminar os direitos e igualar as sociedades que a sofrem em uma dor comum que violenta a cidadania e a dignidade humana.

Entre negações e limites

Embora os crimes contra a humanidade tenham possibilitado uma releitura dos direitos humanos pela sociedade brasileira, seus pressupostos e suas propostas não deixaram de ser um campo de conflitos no qual estão presentes não só aqueles que os defendem, mas também aqueles que os negam. Sua polissemia faz com que se efetivem em um sem número de movimentos com suas propostas e suas identidades e, inúmeras vezes dificultando a criação de uma cultura comum de direitos humanos. Para Willians (2011) uma cultura comum exige uma ética que estabeleça responsabilidade para todos. Uma ética que se manifesta através da participação democrática em todos os campos da vida social e o acesso equânime ao processo de produção material e social.

A presença dos direitos humanos foi decisiva para a superação da ditadura militar. A defesa intransigente dos direitos civis e políticos moveram as lutas pela abertura democrática, para denunciar as torturas, a censura, para lutar por anistia ampla e irrestrita, pela convocação de uma Constituinte Exclusiva e pelas eleições diretas. As lutas pela recuperação da dignidade de vida, após os 21 anos de arrocho salarial e diferentes tipos de carência, foram constituídas em nome dos direitos sociais e econômi-

cas. Nelas se projetaram movimentos pela moradia, o movimento contra a carestia, o movimento dos sem-teto e o movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Naquele período as ruas, avenidas e praças do Brasil, ainda indecisas e sem ter certezas de aonde poderiam chegar,[7] anunciavam a possibilidade de uma cultura comum que envolveria uma participação plena dos que se mobilizavam em busca da superação da dor e do medo.

As ruas e praças de então – por certo não a dos Moinhos de Vento, da Paulista ou de Copacabana – apresentavam-se com outras faixas, outras palavras de ordem, mas sem deixar de lembrar e bradar: "Abaixo a Ditadura". Foi neste período que surgiram também outros temas próprios da contemporaneidade como as lutas em defesa do meio ambiente, as lutas que anunciavam a impossível conciliação entre direitos e privilégios, democracia e capitalismo. Foi nesta conjuntura que se aprofundaram as lutas pela igualdade racial e se consolidaram os movimentos feministas cada um deles com pautas específicas e dispostos a ocupar um lugar que a cultura hegemônica – a cultura que é formada pelos setores sociais dominantes – sempre lhes negara.

Tão imensas eram as urgências destas múltiplas expressões dos direitos humanos que cada um dos movimentos se preocupou em cuidar de si. Poucas foram às vezes em que os movimentos por direitos humanos assumiram a dimensão universal de seus princípios. As aproximações sempre foram tímidas e não raro as tentativas de elaborar e implantar políticas públicas deixadas a cargo do Estado, sem que sobre ele fossem exercidas pressões sociais, se demonstraram insuficientes para superar as gigantescas distâncias econômicas e sociais que separam a sociedade brasileira.

Distâncias que impedem a cidadania de se constituir, dificultando – quando não impedindo – que se produza uma cultura comum de direitos humanos na qual a tríade originada no início da contemporaneidade – liberdade, igualdade e fraternidade – sejam acrescidas dos novos direitos, entre eles o direito ao reconhecimento das diferenças e das escolhas individuais e coletivas feitas pela cidadania.

[7] Para Eagleton, a partir de Willians (2011): "A cultura é uma rede de significados e atividades compartilhadas jamais autoconscientes como um todo, mas crescendo em direção ao 'avanço da consciência', e assim, em humanidade plena, de toda uma sociedade". (EAGLETON, 2011, p. 168).

Por fim, uma das questões centrais para que se mude a hegemonia baseada em uma cultura de privilégios para uma cultura fundada nos princípios dos direitos humanos está assentada no papel da "praça pública". Praças que não são mais unicamente espaços abertos nas cidades, passando a assumir novas formas nestes tempos de tecnologias virtuais que possibilitam ampla participação política via redes sociais – às praças das infovias –, mas que não dispensam, por completo, o contato face a face, talvez a forma mais genuína se solidariedade e empatia entre seres humanos.

Talvez sejam as diferentes Praças que poderão potencializar a participação social, desde que possam canalizar sua energia tão veloz não para a manifestação de diferentes tipos de ódio e preconceito, mas para a construção de um processo democrático capaz de contribuir para superar as inúmeras carências econômicas e culturais que a maioria da humanidade ainda vivencia.

A praça – assim como a ágora da Grécia antiga, só que agora sem discriminações – é o lugar de excelência da democracia. É o espaço decisório que define o que produzir como produzir e como dividir o produzido. A praça como lugar capaz de decidir sobre prioridades públicas e contenções de despesas. Como lugar de determinar as leis, as responsabilidades e os direitos de cada um e de todos construindo, assim, novos direitos que não nascem como dádivas. "Ele(s) tem de ser tomado(s) pelo movimento político" (HARVEY, 2013, p. 34) de modo que na praça ninguém precise se esconder atrás de um governo que decida sozinho e, de forma autoritária, imponha ordens, retire direitos e alimente uma cultura de medo, ódio e preconceito.

Referências

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rd. Campus, 1992.

BUCCI, Eugênio. Sociedade de consumo (ou o consumo de preconceitos). In: LERNER, Júlio (Ed.). *O Preconceito*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Senso Comum e Transparência. In: LERNER, Júlio (Ed.). *O Preconceito.* São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DALLARI, Dalmo. Policiais, juízes e igualdade de direitos. In: LERNER, Júlio (Ed.). *O Preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996. p. 87 – 113.

DINES, Alberto. Mídia, civilidade e civismo. In: LERNER, Júlio (Ed.). *O Preconceito*. São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 1996. P.57 – p.72.

EAGLETON, Terry. *A ideia de Cultura*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1994.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et. Ali. *Cidades Rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

NERUDA, Pablo. *O Livro das Perguntas*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2004.

NOSTALGIA da Luz. Direção de Patricio Guzmán. Chile/Espanha, 2010. Documentário. Drama. 90m.

RIBEIRO, Renato J. *A Sociedade Contra o Social*: o alto custo da vida pública no Brasil: ensaios. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

TAVARES, Camilo. *O dia que durou 21 anos*. 2013. 1 post (1h 17 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UqgpnC42Caw>. Acesso em: 10 jul. 2015.

TAVARES, Flávio. *1964*: o golpe. Porto Alegre, RS: L&PM, 2014.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.